



Prefeitura Municipal do Natal
Secretaria Municipal de Tributação
Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e
Nota Natalense

Nº da Nota: 0000000535
Competência: OUT/2020
Data Prestação Serviço: 29/10/2020
Nº da Nota Substituída:

Data/Hora de Emissão: 29/10/2020 às 15:20:05

Código de Verificação: 513195182

Prestador de Serviços

CPF/CNPJ: 18.974.321/0001-52 Inscrição Municipal: 211.588-3
Razão Social: PRIORI COMUNICACAO ESTRATEGICA LTDA
Endereço: AV ALMIRANTE ALEXANDRINO DE ALENCAR, 808, Lagoa Seca, 59022-350
Município: NATAL UF: RN
Telefone: (84) 9930-2300 E-mail: OCTAVIOSANTIAGONETO@HOTMAIL.COM

Tomador de Serviços

Nome/Razão Social: RAFAEL HUETE DA MOTTA
CPF/CNPJ: 055.820.564-08 Inscrição Municipal:
Endereço: RUA ISMAEL PEREIRA DA SILVA, 1775, CAPIM MACIO, 59082-000
Município: NATAL UF: RN
Telefone: E-mail:

Serviços

35.01 - SERVIÇOS DE REPORTAGEM, ASSESSORIA DE IMPRENSA, JORNALISMO E RELAÇÕES PÚBLICAS.

Item	Descrição	Quant.	Vir. Unitário	Valor Total
1	Consultoria de Estratégia Política, Comunicação e Assessoria de Imprensa	1,0000	9.000,00	9.000,00

Valor Total da NFS-e R\$: 9.000,00

Deduções (R\$)	Base Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Valor do ISS (R\$)	Outras Retenções (R\$)
INSS (R\$)	IRPJ (R\$)	CSLL (R\$)	COFINS (R\$)	PIS/PASEP (R\$)

Outras Informações

Documento emitido por ME ou EPP optante pelo SIMPLES NACIONAL. Não gera direito a crédito fiscal de IPI.



Prioři

COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA

RECIBO

Declaro, para os devidos fins, que a **PRIORI COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA** recebeu do deputado federal RAFAEL HUETE DA MOTTA a quantia de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), referente ao pagamento dos serviços de CONSULTORIA DE ESTRATÉGIA POLÍTICA, COMUNICAÇÃO E ASSESSORIA DE IMPRENSA, prestados ao seu gabinete parlamentar durante o mês de outubro do corrente ano.

Natal, 30 de outubro de 2020

Octávio Santiago
Prioři Comunicação Estratégica
CNPJ: 18.974.321/0001-52

NOVO NOTÍCIAS

SEÇÃO: POLÍTICA
22 DE OUTUBRO

Agora, Paulinho subscreveu mais um importante projeto, de então autoria do ex-vereador e atual deputado Federal Rafael Motta, que trata sobre a utilização de créditos de milhagem ou outros benefícios provenientes de passagens aéreas adquiridas com recursos do tesouro público do Município de Natal.

Na prática, o projeto de lei, que já foi aprovado em segunda discussão e agora vai para sanção do Executivo, diz que todas as passagens compradas pelo município para os servidores em serviço terão suas milhas retomadas para o programa de milhagem da Prefeitura, e não para o servidor que faz a viagem, como acontece atualmente.

TRIBUNA DA JUSTIÇA

SEÇÃO: NOTÍCIAS
22 DE OUTUBRO

Agora, Paulinho subscreveu mais um importante projeto, de então autoria do ex-vereador e atual deputado Federal Rafael Motta, que trata sobre a utilização de créditos de milhagem ou outros benefícios provenientes de passagens aéreas adquiridas com recursos do tesouro público do Município de Natal.

Na prática, o projeto de lei, que já foi aprovado em segunda discussão e agora vai para sanção do Executivo, diz que todas as passagens compradas pelo município para os servidores em serviço terão suas milhas retornadas para o programa de milhagem da Prefeitura, e não para o servidor que faz a viagem, como acontece atualmente.

Rafael Motta cobra informações sobre redução do valor do imposto de renda destinado ao Pronas



Sérgio Fracês

O deputado Rafael Motta (PSB-RN) quer que o Ministério da Saúde explique o corte de 70% nas deduções do imposto de renda das empresas ou pessoas físicas que fazem doações para o Programa Nacional de Apoio à Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD).

Motta apresentou, nesta terça-feira (3), o Requerimento de Informação (RI) 1399/20, para que o ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, esclareça porque houve redução no valor global máximo previsto para o Pronas neste ano. Dos R\$ 117 milhões previstos para o ano passado, o programa só deve receber cerca de R\$ 34

milhões nesse ano. O deputado acredita que essa medida certamente prejudicará o desenvolvimento de iniciativas voltadas para a inclusão de pessoas com deficiência.

A Portaria Interministerial nº 2.912, de 21 de outubro deste ano, estabeleceu, para o exercício de 2020, o valor global máximo das deduções do imposto sobre a renda correspondente às doações diretamente efetuadas em prol de ações no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e do Pronas.

Rafael Motta explica que o Pronas tem a finalidade de captar e canalizar recursos destinados a estimular e desenvolver a prevenção e a reabilitação da Pessoa com Deficiência (PCD). O Programa compreende a realização de ações e serviços de reabilitação e tratamento das pessoas com deficiências físicas, motoras, auditivas, visuais, mentais, intelectuais, múltiplas e de autismo, por meio da prevenção, diagnóstico precoce, tratamento, reabilitação e adaptação de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção, em todo o ciclo de vida.

Diante desse corte, o deputado conta que representantes de entidades ligadas à área temem uma paralisação de projetos de atenção a esse público. Isso porque, essas ações são desenvolvidas por pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, que prestam atendimento direto e gratuito às pessoas com deficiência.

Ele ressalta que conseguir ter acesso a esses recursos não é uma tarefa fácil. É preciso ter um projeto dentro das especificações estabelecidas e, só depois de aprovado o projeto, a entidade estará autorizada a captar recursos junto a pessoas físicas e jurídicas tributadas pelo lucro real, que se beneficiarão com a dedução do imposto de renda.

Para o socialista, é fácil perceber que, no discurso, o atendimento à pessoa com deficiência surge como prioridade para o governo, mas na prática as entidades reclamam que pouco tem sido feito e, ainda pior, esse programa que estava funcionando agora ficará prejudicado. "Faz-se urgente e necessário que o ministro da Saúde explique as razões que o levaram a tomar essa medida extremamente prejudicial às pessoas com deficiência e às entidades que realizam esse atendimento. Essas instituições estão fazendo um trabalho que o estado não consegue executar sozinho."

MANDATO PARLAMENTAR 5/10/2020 09:05

Rafael Motta cobra mais investimentos no Programa de Apoio à Saúde da Pessoa com Deficiência

O deputado federal Rafael Motta (PSB/RN) protocolou um requerimento de informação nesta sexta-feira, 30, cobrando informações do Ministério da Saúde sobre a redução dos investimentos no Programa Nacional de Apoio à Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD).

WhatsApp



O deputado federal Rafael Motta (PSB/RN) protocolou um requerimento de informação nesta sexta-feira, 30, cobrando informações do Ministério da Saúde sobre a redução dos investimentos no Programa Nacional de Apoio à Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD).

De acordo com reportagens veiculadas na imprensa, houve uma redução de cerca de 70% de recursos aplicados no programa em 2020.

O Pronas/PCD tem a finalidade de captar e canalizar recursos para ações e serviços de reabilitação e tratamento das pessoas com deficiências físicas, motoras, auditivas, visuais, mentais, intelectuais, múltiplas e de autismo, por meio da prevenção, diagnóstico precoce, tratamento, reabilitação e adaptação de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção, em todo o ciclo de vida.

Em 2019, o programa teve orçamento de R\$117 milhões. Em 2020, o montante foi reduzido para R\$34 milhões.

"As entidades que desenvolvem esses projetos são instituições sem fins lucrativos que, geralmente, têm nessas doações sua única fonte de recursos. Nós queremos saber os motivos dessa redução drástica e se o Ministério da Saúde tem ciência das consequências dessa decisão para a sociedade", justifica Rafael Motta.

Fonte e foto: Assessoria

Rafael Motta cobra mais investimentos no Programa Nacional de Apoio à Saúde da Pessoa com Deficiência.

Postado às 10h11 • Plantão • Política • Nenhum comentário



(Foto: Paulo Barros).

Redação Portal de Notícias e Fotojornalismo Eliasjornalista.com

O deputado federal Rafael Motta (PSBRN) protocolou um requerimento de informação nesta sexta-feira, 30, cobrando informações do Ministério da Saúde sobre a redução dos investimentos no Programa Nacional de Apoio à Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD). De acordo com reportagens veiculadas na imprensa, houve uma redução de cerca de 70% de recursos aplicados no programa em 2020.

O Pronas/PCD tem a finalidade de captar e canalizar recursos para ações e serviços de reabilitação e tratamento das pessoas com deficiências físicas, motoras, auditivas, visuais, mentais, intelectuais, múltiplas e de autismo, por meio da prevenção, diagnóstico precoce, tratamento, reabilitação e adaptação de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção, em todo o ciclo de vida.

Em 2019, o programa teve orçamento de R\$117 milhões. Em 2020, o montante foi reduzido para R\$34 milhões.

"As entidades que desenvolvem esses projetos são instituições sem fins lucrativos que, geralmente, têm nessas doações sua única fonte de recursos. Nós queremos saber os motivos dessa redução drástica e se o Ministério da Saúde tem ciência das consequências dessa decisão para a sociedade", justifica Rafael Motta.

GERAL

Rafael Motta cobra mais investimentos no Programa Nacional de Apoio à Saúde da Pessoa com Deficiência

Há um mês



O deputado federal Rafael Motta (PSB/RN) protocolou um requerimento de informação nesta sexta-feira, 30, cobrando informações do Ministério da Saúde sobre a redução dos investimentos no Programa Nacional de Apoio à Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD). De acordo com reportagens veiculadas na imprensa, houve uma redução de cerca de 70% dos recursos aplicados no programa em 2020.

O Pronas/PCD tem a finalidade de captar e canalizar recursos para ações e serviços de reabilitação e tratamento das pessoas com deficiências físicas, motoras, auditivas, visuais, mentais, intelectuais, múltiplas e de autismo, por meio da prevenção, diagnóstico precoce, tratamento, reabilitação e adaptação de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção, em todo o ciclo de vida.

Em 2019, o programa teve orçamento de R\$117 milhões. Em 2020, o montante foi reduzido para R\$34 milhões.

"As entidades que desenvolvem esses projetos são instituições sem fins lucrativos que, geralmente, têm nessas doações sua única fonte de recursos. Nós queremos saber os motivos dessa redução drástica e se o Ministério da Saúde tem ciência das consequências dessa decisão para a sociedade", justifica Rafael Motta.